



O aproveitamento didáctico das crónicas de João Aguiar

Fernanda Vicente
Doutoranda (Universidade de Aveiro)

PALAVRAS-CHAVE: JOÃO AGUIAR, CRÓNICA, CARACTERÍSTICAS, ESTRUTURA, PROGRAMA DE PORTUGUÊS, CONTEÚDOS, ACTIVIDADES.

KEYWORDS: JOÃO AGUIAR, CHRONICLES, CHARACTERISTICS, STRUCTURE, PORTUGUESE SYLLABUS, CONTENTS, ACTIVITIES.

1. INTRODUÇÃO

O programa de Português não condiciona as escolhas do docente relativamente aos textos a abordar e trabalhar no espaço de sala de aula, já uma consulta das propostas dos manuais permite constatar que as crónicas de João Aguiar não integram as selecções dos autores daqueles instrumentos de trabalho.

Com o presente trabalho pretende-se sobretudo reflectir sobre a possibilidade de utilizar pedagogicamente as crónicas da autoria de João Aguiar, publicadas na revista *SuperInteressante*, no âmbito dos programas de Português do Secundário, nomeadamente do 10ºano. Assim, será necessário antes de mais fazer o enquadramento do autor e das crónicas no Programa da disciplina de Português. De seguida, abordar-se-á teoricamente o género híbrido em questão, tendo em conta a sua caracterização e estrutura. Posto isso, analisar-se-ão as possibilidades efectivas de tratamento das crónicas em contexto de sala de aula. Neste sentido, aconselha-se, em termos conteudísticos, a exploração da estrutura

da crónica e das características inerentes, a dupla vertente informativa e interpretativa, a intencionalidade da crónica, a tipologia textual em que se insere, entre outras. Acrescente-se que a aproximação a estas crónicas terá sempre em conta a sua dimensão literária.

2. O PROGRAMA DE PORTUGUÊS

O Programa de Português institui-se para o professor de língua materna como “instrumento regulador do ensino-aprendizagem da língua portuguesa nas componentes *Compreensão Oral, Expressão Oral, Expressão Escrita, Leitura e Funcionamento da Língua*” (Programa, 6), na qualidade de competências nucleares da disciplina em causa. Tal significa implicitamente que o docente não deve deixar de recorrer a esse instrumento, se e quando houver necessidade de regular o processo de ensino-aprendizagem. Ainda assim, o docente não fica inibido de, com base na sua experiência, enveredar por percursos alternativos, desde que não comprometam o cumprimento dos objectivos estipulados. Obviamente que a opção feita pela introdução das crónicas de João Aguiar exigirá a mobilização por parte dos alunos das quatro competências nucleares de forma articulada.

Atente-se concretamente na proposta veiculada pelo Programa de Língua Portuguesa. A leitura progressiva do documento leva-nos à análise de quadros intitulados “Visão geral dos conteúdos”, que de imediato suscita uma questão. Antes de mais, constata-se que a crónica é considerada como “conteúdo declarativo” destinado ao 10º ano. Refira-se ainda que a crónica se associa à competência da *Leitura*. Talvez o programa pretenda que o professor ao explorar a crónica apenas trabalhe com os alunos esta competência. Não parece de todo aconselhável esta abordagem empobrecedora. Já para a crónica literária se propõe uma modalidade de leitura específica: a “leitura literária”. Convém ainda mencionar que quer a “crónica” quer a “crónica literária” se integram nos “Textos dos *media*”, merecedores de uma nota que acrescenta a seguinte informação “Textos de várias tipologias”.

Mais adiante as sugestões metodológicas gerais, para bem do professor que por esta altura poderia andar perdido, constituem uma orientação mais clara:

A competência da leitura desenvolve-se em vários níveis de proficiência a partir do convívio reflectido com os textos e outras mensagens gráficas. A compreensão do texto a ler pressupõe a apreensão do significado estrito do texto que envolve o conhecimento do código linguístico, o funcionamento textual e intertextual. O leitor integra essa informação básica nos esquemas conceptuais que já detém, elaborando, em seguida, a sua representação individual, já enformada pelos seus conhecimentos / vivências (Programa, 19).

As crónicas de João Aguiar constituem um meio eficaz para os alunos apreenderem o sentido do texto, convocando simultaneamente os conhecimentos que detêm ao nível do “código linguístico, [d]o funcionamento textual e intertextual”. Além disso, o papel que as crónicas desempenham na construção de sentidos do mundo por parte dos alunos é inegável. Por outro lado, este género textual concorre para o desenvolvimento da capacidade reflexiva, crítica e de observação dos discentes, como postula o Programa ao afirmar que: “A leitura analítica e crítica, porque retrospectiva e reflexiva, cruza observação e interpretação”. Acresce ainda o facto de as temáticas abordadas permitirem aos alunos um enriquecimento cultural e intelectual não desprezável, também ele defendido no Programa de Língua Portuguesa, com vista a: “(...) transformar a comunidade de leitores (...) numa comunidade de cidadãos culturalmente informados e bem formados” (*Programa*, 20).

Ainda no programa de Língua Portuguesa se averigua que, após a distinção entre três etapas, pré-leitura, a leitura e a pós-leitura, bem como entre um conjunto de modalidades – leitura funcional, leitura analítica e crítica e leitura recreativa – aplicadas em conjunto ou separadamente, à leitura literária são dedicados três parágrafos que, em abono da verdade, a relegam para segundo plano, relativamente às outras modalidades de leitura, colocando-a na condição de mero apêndice, no que a esta questão diz respeito. Repare-se no parágrafo seguinte:

A leitura do texto literário pressupõe informação contextual e cultural e a teoria e a terminologia literárias, que deverão ser convocadas apenas para melhor enquadramento e entendimento dos textos, evitando-se a excessiva referência à história da Literatura ou contextualizações prolongadas, bem como o uso de termos críticos e conceitos que desvirtuem o objectivo fundamental da leitura. (*Programa*, 21)

Posto isto, é caso para inquirir: o que se pretende afinal atingir com a leitura literária. Não será o desenvolvimento de competências, linguísticas e literárias, um dos objectivos a alcançar? Talvez não seja e a leitura do programa aqui patente esteja perfeitamente equivocada. Parece efectivamente que a competência linguística e literária pode ser desenvolvida através da exploração deste género textual, considerando quer a variação diatrática da língua, no domínio da Variação Linguística, quer a variação diafásica, ou ainda as figuras de retórica e tropos, a tipologia textual, no caso concreto o protótipo argumentativo, no domínio da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual, de acordo com a hierarquização que estrutura o Dicionário Terminológico. Este Dicionário, disponibilizado

em linha no sítio da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento, constitui um instrumento de trabalho imprescindível para o professor de Língua Portuguesa.

No que respeita aos textos apresentados nos manuais, regista-se a ausência de crónicas deste autor, pelo que seria recomendável quer a sua inserção no espaço de aula, quer a sua utilização no âmbito do Contrato de Leitura. Deste modo instigar-se-iam os alunos ao conhecimento do autor e dos seus textos e estimular-se-ia o gosto pela leitura, orientada para os interesses dos alunos, como sustenta o Programa: “A Escola deve estimular a leitura em si mesma indo ao encontro dos gostos pessoais do aluno, fomentando o prazer de ler”.

As actividades que se podem desenvolver com recurso às crónicas de João Aguiar são múltiplas. Nelas se pode inscrever ainda a leitura colectiva, a leitura expressiva e até a dramatização em contexto de sala de aula.

Outro aproveitamento possível integra-se no âmbito de um espaço como o Clube de Teatro da escola, em que se poderia transformar qualquer crónica numa encenação curta, a que não faltaria certamente a dimensão cómica. Tratar-se-ia neste contexto de desenvolver uma série de competências aliadas à expressão corporal, vocal, interpretativa.

Ressalte-se ainda que a leitura das crónicas de João Aguiar poderia estar ao serviço da produção textual, a desenvolver no âmbito do Portefólio da disciplina, por exemplo. Por fim, para conferir maior visibilidade à produção textual, os discentes poderiam publicar os seus textos num blogue de turma, por exemplo.

3. A CRÓNICA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Não cabe nos objectivos deste trabalho indagar os diversos conceitos de crónica, nem em termos sincrónicos nem diacrónicos, já, aliás, abordados por investigadores diversos (Mesquita, 1984; Lopes, 2010). Não sendo, portanto, este o propósito do presente labor, merece contudo breve referência, até por vir ao encontro do estabelecido no Programa de Língua Portuguesa do Ministério da Educação: a assunção, por diversos estudiosos dos géneros jornalísticos (Albertos, 1992; Vivaldi, 1979; Peñaranda, 2000), de que a crónica se integra num género em que predomina uma dimensão valorativa e ou interpretativa, sem deixar de ter uma componente informativa. Esta dupla vertente facilita a admissão da dimensão literária da crónica, abrindo caminho à distinção, patente nos programas, entre crónica (jornalística) e crónica literária (Santana, 1995:1387). A ideia de que a crónica é um género híbrido, do qual resulta necessariamente a dificuldade de delimitação de fronteiras entre o jornalismo e a literatura, parece uma evidência, a julgar pelas reflexões existentes sobre a matéria (Vivaldi:1993:249-251; Delgado, 2008; Lopes, 2010; Mesquita,

1984: 208). As crónicas de João Aguiar demonstram esta intersecção entre jornalismo e literatura, como se verá mais adiante.

4. A CRÓNICA: APROVEITAMENTO DIDÁCTICO

Se a matéria que clama a atenção deste trabalho é a crónica, nada mais conveniente do que levar os alunos à descoberta das características que a tornam um género jornalístico peculiar. As características da crónica, apresentadas sinteticamente, com precisão e clareza, por Paula Cristina Lopes (2010:8), são: “ambiguidade, brevidade, subjectividade, diálogo, estilo entre o oral e o literário, temas de quotidiano, ausência de transcendente”.

As crónicas de João Aguiar permitem constatar a existência de um facto, acontecimento do quotidiano¹ que serve, geralmente, de ponto de partida para as reflexões subjectivas que o autor tece. Aí está a motivação que acaba sempre por ganhar contornos artísticos de criação estética nas crónicas de João Aguiar.

A temática das crónicas caracteriza-se pela sua variedade², abordando questões tão diversas como a educação, a língua e cultura portuguesas, muitas vezes aliadas aos meios de comunicação social, questões culturais, a política, a economia e finança nacionais, o neoliberalismo selvagem, a publicidade, o nacionalismo, o fundamentalismo religioso, a globalização, degradação do jornalismo e outras questões sociais e até morais. A presente síntese patenteia a actualidade temática de que se investem as crónicas. Por esta razão José Jorge Letria e José Goulão (1982:86) crêem que “a crónica é a arma jornalística ideal para realçar a realidade e a actualidade através da ficção”, com reforço da necessidade de recorrer a “referências de actualidade”. Além disso, as crónicas funcionam eventualmente, desde que docentes e alunos assim o entendam, como força motriz para debates temáticos a desenvolver na sala de aula.

A leitura de um conjunto de crónicas, publicadas entre 2003-2009, numa secção designada emblematicamente pelo próprio escritor como “O Contador de Histórias”, em clara remissão para a vertente narrativa da crónica³, mostra perfeitamente o que ficou dito.

¹ José Marques de Melo (1988:42) refere-se a esta ideia nos seguintes termos: “a crónica passa ao jornalismo, sendo um género cultivado pelos escritores que ocupam as colunas de imprensa diária e periódica para relatar os acontecimentos cotidianos ou conjunturais, numa perspectiva eminentemente pessoal”.

² É justamente a variedade de temáticas, ou “lugar”, que permite a José Luís Martínez Albertos (1992: 350-360) estabelecer uma tipologia variadíssima do género em estudo.

³ A importância da narração na abordagem da crónica patenteou-se quer no estudo de José Luís Martínez Albertos (1992:347): “Narración directa e inmediata de una noticia com ciertos elementos valorativos que

Para melhor se compreender o papel que os acontecimentos banais, vulgares do quotidiano (Mesquita, 1984:210) desempenham na estruturação das crónicas do jornalista, bastará reler a abertura de algumas delas. Por exemplo, a referência num jornal a uma fábrica de calçado portuguesa que teve êxito na conquista dos mercados externos, em consequência das inovações introduzidas no sistema de produção (Maio, 2007); mensagens recebidas, via telemóvel ou internet; documentos encontrados na internet; notícias lidas ou ouvidas nos meios de comunicação; publicidade televisiva; filmes ou séries vistos na TV; documentos lidos em revistas; livros; títulos de jornais; passagens de obras literárias; episódios como a birra de uma criança ou o Campeonato da Língua Portuguesa, entre outros.

Já que os factos não passam de “um pretexto”, será a partir deles que o cronista “dá vazão aos seus sentimentos” (Letria e Goulão, 1982:85) e consegue tornar mais ligeiro o peso dos acontecimentos. É pois a “reação pessoal” do cronista que se explana ao longo da crónica e que procura encontrar no leitor uma comunhão, uma identificação ideológica, para a qual contribuem, sem dúvida, a ironia e o humor. Por essa razão, José Marques de Melo (1988:47) defende que a função da crónica é “a de apreender-lhes [aos factos] o significado, ironizá-los ou vislumbrar a dimensão poética não explicitada pela teia jornalística convencional”. Recuando um pouco, veja-se através de exemplos concretos, como os factos podem funcionar como simples escusa para a exposição dos sentimentos do autor da crónica. O êxito de uma fábrica de calçado é pretexto para o autor expor a sua reflexão sobre um vício comportamental português: o de que tudo o que é nacional é parolo (Maio, 2007). Uma mensagem que participa o nascimento de uma criança dá azo a reflexões sobre o mundo em que essa criança terá de viver e os problemas com que terá de conviver se conseguir sobreviver (educação, séries televisivas, os preços do petróleo, a “cretinização”, a publicidade exploradora, etc.).

João Aguiar procura prender o leitor à sua opinião, vincando no fenómeno comunicativo a existência de destinatários virtuais, que se materializam no seu discurso, através de expressões como “Dou-vos alguns exemplos”, “Como já terá adivinhado o leitor”, “Se aceitarmos”, “O leitor terá compreendido”, “Só pretendo reavivar a memória dos meus caros concidadãos”, “Dito isto, temos de convir, caríssimos concidadãos”. Deste modo se pode falar na existência de “un vínculo como de familiaridad entre el cronista y sus lectores”

siempre deben ser secundários respecto a la narración del hecho en sí”; quer no de José Marques de Melo (1988:47): “A crónica, na imprensa brasileira e portuguesa, é um género jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de actualidade e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real”.

(Albertos, 1992:348). A forma como o enunciador se dirige ao leitor infunde na crónica uma dimensão coloquial, que marca assim a justaposição da oralidade e da escrita, do registo informal e formal, neste género textual.

Por outro lado, as crónicas de João Aguiar revelam-se uma oportunidade para iniciar o estudo da tipologia do texto argumentativo⁴, designadamente aspectos como a explanação de uma tese, a apresentação de argumentos (universais, proverbiais, históricos, de autoridade, por analogia, de experiência) e em determinadas ocasiões de contra-argumentos (de correspondente natureza) e da síntese / conclusão, bem como dos exemplos apresentados a sustentar os argumentos. A crónica transforma-se, portanto, num momento singular que faculta a expressão argumentativa do escritor, relativamente a uma variedade de temáticas, e transmite o comentário individualizado em relação aos acontecimentos quotidianos que marcaram o autor. Nas palavras de Nuno Crato (1992:144) o cronista “escolhe factos da actualidade, que valoriza e comenta livremente”.

Os alunos devem ser orientados para a análise e identificação de relações entre o parágrafo inicial e o parágrafo final. O primeiro é de extrema importância e por essa razão alguns estudiosos da crónica (Ramos, 2005:97-99; Martín, 2001) lhe dedicam particular atenção. O próprio João Aguiar, citado pelo *Diário de Notícias* em 04/06/2010, refere a necessidade de prender o leitor logo através desse primeiro parágrafo. Por outro lado, o parágrafo final merece igualmente destaque, porquanto institui o efeito de circularidade entre o início e o fim da crónica e lança mão, não raras vezes, do humor, ou da ironia, aliás sempre patente ao longo das crónicas. É ainda o meio encontrado para apresentar a síntese do texto argumentativo, reiterando a tese do texto, por vezes apresentada no parágrafo de abertura.

É justamente a presença do humor, intimamente conjugado com a ironia, que determina o entendimento que Nuno Crato (1992:143) tem de crónica. Bastará, a título de exemplo, ler a crónica “Os perdigogos” para chegar a esta conclusão. A denominação aplica-se a um vírus que põe em risco a “saúde mental e o futuro da nação”. A sua acção justifica um conjunto de directivas, leis, recomendações ou doutrinas, responsáveis pelo caos instalado

⁴ Antes de mais convém referir as abordagens teóricas de Jean- Michel Adam no seu estudo *Les textes: types et prototypes*, publicado em Paris em 1992, ou a concepção teórica de Mikhail Bakhtin patente no capítulo “Os géneros do discurso”, em *A Estética da criação verbal*. A este propósito veja-se também a proposta de exploração levada a cabo por Lúcia Helena Martins Gouvêa. O Dicionário Terminológico aponta sobretudo a proposta de abordagem de Jean-Michel Adam, pelo que será essa a subjacente ao tratamento deste tópico.

na educação. A única solução para resolver este problema é a “caça” aos ditos “perdigogós”. É esta a conclusão que encerra com chave de ouro a crónica.

Como se pode constatar, ainda que a crónica esteja envolta na nuvem da efemeridade, o que não significa que não mantenha a actualidade, não abandona a pretensão de realizar uma função eminentemente didáctica (Santana, 1995:1388; Rodrigues, Ernesto, 1998:...), pedagógica, tornando o leitor num “espectador activo”. Tal facto vai ao encontro de uma afirmação de João Aguiar, citada no jornal *Diário de Notícias* de 04/06/2010, em que expressa a preocupação de fazer o leitor rir ou chorar, partilhar alegrias e tristezas. Desta opinião comunga certamente José Luís Martínez Albertos (1992:348) que reivindica uma relação paternalista na comunicação estabelecida entre cronista e leitores.

É também o “movimiento de simpatia y atracción hacia las ideas o el estilo literário del cronista” (Albertos, 1992:348) que determina as opções do leitor, enquanto tal, pela leitura das crónicas de um autor. Para a literariedade da crónica, enquanto traço peculiar do estilo do cronista, contribui inegavelmente o uso de figuras de retórica e *tropos*. Estudos como Gonzalo Martín Vivaldi (2001: 265-276) registam a sua presença na elaboração das crónicas, sob a designação “figuras retóricas”. Entre as figuras mais significativas encontram-se a ironia, já mencionada, mas outras podem ser exploradas, como a hipérbole, a sinestesia, o paradoxo, ou ainda o tropo metáfora, na medida em que contribuem para acentuar, frequentemente, a dimensão crítica das crónicas e reflectem a subjectividade do autor. Para Maria Helena Santana (1995:1387) a “intenção ideológica e persuasiva, não raro crítica e satírica” supera a funcionalidade estética nas crónicas.

No que toca a subjectividade da crónica, para a sua presença conflui a utilização do discurso de 1ª pessoa do singular ou plural (Delgado-Flores, 2008:127), também em clara remissão para o pendor valorativo daqueles textos. Concorrem de igual modo para esta ideia as opiniões de Martin Vivaldi, que considera que o cronista narra factos através de uma subjectividade, fundindo “relato e comentário” (1973:128-129), e de José Marques Melo (1988:46) que entende a crónica como “uma versão pessoal e particular de acontecimentos presenciados por jornalistas, que acrescentam aos factos suas impressões na tentativa de melhor capacitar os leitores a julgá-los e interpretá-los”.

Outro conteúdo a ter em conta será o tratamento das variações diatráticas e diafásicas⁵, designadamente os níveis de língua, pela riqueza e variedade com que se patenteiam

⁵ Para melhor explorar a questão da variação linguística é aconselhável consultar a obra de Celso Cunha e Lindley Cintra (1984:2-4), bem como o Dicionário Terminológico.

na crónica: culto, língua padrão, popular, nível literário, são alguns dos exemplos que se podem analisar.

5. UMA SELECÇÃO POSSÍVEL: ANÁLISE DE QUATRO CRÓNICAS

A escolha de um número reduzido de crónicas de João Aguiar que permitissem comprovar a possibilidade de as utilizar nas aulas de 10º ano de Português revelou-se uma tarefa árdua. Porém, e se bem que não haja isenção de riscos nas opções tomadas, a selecção recaiu sobre “Quando eu for grande” (2006, Junho, 98), “A ocidental formosura” (2006, Novembro, 103), “Corta e cola” (2007, Outubro, 114) e “Os perdigogos” (Março, 2009, 131).

O leitor depara-se na primeira crónica com um acontecimento insólito: a existência de quórum na Assembleia da República no dia 25 de Abril. A ironia patenteia-se imediatamente na introdução, pois o pressuposto de que existe diariamente quórum na Assembleia é derogado, se bem que os deputados, enquanto representantes do cidadão comum naquele organismo sejam eleitos para tal função. O argumento para o facto invulgar patenteia-se de imediato: “A sessão não dava trabalho”. Ainda se apresentam de forma irónica os justificativos plausíveis para a existência desse quórum: não é dia de votações, não são necessários aplausos, nem é preciso cantar o hino nacional. Ora, se estes argumentos justificam a existência de quórum, o leitor facilmente deduzirá os correspondentes para não haver quórum.

Os argumentos e exemplos que João Aguiar apresenta de seguida confirmam as premissas implícitas, cuja dedução poderia ser assim enunciada: há trabalho, não há quórum; não há trabalho, há quórum. A experiência parece comprovar a tese. Não restarão dúvidas da ausência dos deputados, quando a sua presença seria imprescindível.

A referência ao primeiro exemplo surge no mesmo tom irónico expresso logo na abertura da crónica; é pois um “acontecimento edificante”. Tratou-se de uma votação que não se realizou na Assembleia da República nas vésperas da Páscoa, em consequência do facto de alguns (muitos!) deputados terem assinado o ponto, mas se terem ausentado (“se botaram ao fresco”) de imediato. A metáfora de cariz popular beneficia a índole humorística do texto. Note-se ainda o paralelismo de construção que abre caminho aos contra-argumentos dos deputados, expostos em tom irónico, e que traduz a extensão das desculpas indesculpáveis e do número de ausentes. O discurso parentético reforça ainda esta tonalidade discursiva “(ah, como eu gosto desta expressão!)” bem como o pendor coloquial do texto.

Ilustrado com este exemplo o argumento, o cronista evoca um outro no mesmo tom irónico “outro incidente, igualmente edificante”. Desta vez foi um jogo de futebol que teve um ascendente maior sobre os deputados do que a Assembleia da República, obrigando-os

a deslocar-se para um estádio espanhol. A ironia continua na apreciação que faz do contra-argumento usado pelos deputados que cumpriam, no seu entender, “uma função política”. E mais uma vez o discurso parentético reforça o tom irónico e coloquial do discurso “(o tal «trabalho relevante», com certeza)”, e vincula, além do mais, o discurso à crítica subjacente.

Contextualizado o acontecimento invulgar que é a existência de quórum na Assembleia da República, o cronista esclarece o leitor, na medida em que acrescenta a perspectiva histórica (argumentos de índole histórica, portanto) a este facto e servindo-se dela alarga o espectro de exemplos que denigrem a imagem dos deputados portugueses ao longo de um século, consubstanciando deste modo a dimensão didáctica da crónica. Por esta altura, o leitor já não tem dúvidas de que o cronista se insurge veementemente contra o comportamento dos deputados em S. Bento.

Recua então até ao tempo de D. Manuel II que, em várias epístolas, mostra a sua preocupação com as ausências dos deputados da época na Câmara dos Deputados. As palavras do monarca para qualificar a atitude dos deputados são “(...) não ter havido número na Câmara dos deputados acho que é simplesmente insuportável” e “Por qualquer motivo não há sessão; arranjam isto com facilidade”. Acresce ainda um comentário patente numa outra missiva desta feita da autoria de José Luciano “Que triste espectáculo nós damos! Quase todos os dias falta de número na Câmara!”. Às frases exclamativas, juntam-se o quiasmo, a onomatopeia e a antítese “Quando têm as Câmaras fechadas berram e não querem, quando as têm abertas não vão lá”, que denotam o comportamento contraditório, a ausência de empenho dos deputados, favorecendo, em contrapartida, a dimensão crítica da crónica.

Posto isto, a analogia passa a ocupar a reflexão do cronista. Os pontos de confluência entre as citações e o presente são imediatamente explanados: o Parlamento do século XXI é autor do seu desprestígio, como era o do início do século XX. Inquiridas razões que o justifiquem, João Aguiar encontra metaforicamente apenas a falta de “músculo” da democracia. De seguida, enumera algumas medidas para reforçar esse músculo lasso, que metonimicamente atinge os democratas: exoneração do cargo e aperto de critérios, no que concerne a ausências. É este o caminho proposto que não inibirá a imoralidade, mas fomentará a moralidade da elite política, que nem chega a existir. O paradoxo é apenas aparente, porquanto através dele se patenteia a dimensão satírica e pedagógica da crónica.

O ceticismo do cronista relativamente a quaisquer alterações no panorama político nacional evidencia-se de seguida, figurado na metáfora “Claro que estas são palavras lançadas ao vento”. Além disso, no discurso transparece ainda a impossibilidade de concretização das propostas enunciadas, através da negatividade impressa pelos vocábulos “nada”, “não” e “ninguém”.

A crónica termina numa amálgama de ironia e humor. O cronista deseja ser deputado quando for grande. A razão é óbvia: não havendo moralidade “comem todos”. Neste “todos” incluir-se-á necessariamente o cronista. O silogismo patenteia-se na conclusão que parte de premissas facilmente deduzidas: Os deputados são imorais. / Eu serei deputado. / Eu serei imoral ou dito de outra forma: Os deputados comem / Eu serei deputado / Eu comerei. Os efeitos expressivos do uso deste verbo são inegáveis.

Na crónica “A ocidental formosura” é um título de jornal “Ementas saudáveis obrigatórias nas escolas inglesas” que incita o cronista a reflectir, mas também os leitores são convidados a fazê-lo, pois de imediato lhe é lançada uma interrogação: “É um título inócuo, não é verdade?”.

De seguida, João Aguiar esclarece que a obesidade nos países desenvolvidos nada tem de novo, o mesmo não se podendo afirmar relativamente à legislação que pretende combater este fenómeno resultante da globalização. Dir-se-ia que até aqui a crónica cumpre a sua função informativa.

O argumento que se segue é de natureza axiomática. Trata-se de um provérbio que, na verdade, perdeu o seu valor enquanto expressão de verdade absoluta: “Gordura é formosura”. Este provérbio popular serve o efeito irónico do discurso “(...) o Ocidente está a ficar cada vez mais formoso”. Desconstrói-se, portanto, o sentido proverbial no discurso parentético “(antigo nem sempre é bom)”, demonstrando que a obesidade é um problema não só nacional, mas e sobretudo mundial e reforçando o dialogismo com o leitor.

O carácter informativo da crónica acentua-se, seguidamente, com recurso a percentagens de jovens obesos em Portugal. Mas não é só Portugal que serve de exemplo, como já se afirmou, os Estados Unidos engrossam a lista. A crítica não se faz esperar e o cronista aproveita para responsabilizar os EUA pela invenção da *fast food* e pela imposição deste tipo de alimentação ao mundo (efeito da globalização!). O papel negativo da América nos hábitos alimentares salda-se numa ironia “(...) eis os elementos do contributo americano para a civilização ocidental – sendo que estão activamente a estender tal contributo a todas as outras partes do planeta”. Os contributos são apresentados numa extensa enumeração que vai desde a comida, passando pelo cinema, a televisão, e a guerra ou o patrocínio que lhe é concedido.

O cronista regressa ao título da notícia e desmistifica a aparente inocuidade do mesmo por meio de uma metáfora: “mas abre-nos todo um universo de reflexões”. A primeira reflexão centra-se na responsabilidade dos governos na implantação e promoção de empresas de *junk food*. Um contra-argumento é invocado pelo cronista: a democracia. A evocação deste contra-argumento é derrogada pelo cronista que a considera, em termos personificados e metafóricos, a “maior vítima de crime de difamação”. A segunda reflexão incide

sobre as pessoas, cuja incapacidade psicológica de resistência à publicidade é responsável pelos seus hábitos alimentares. O cómico perpassa aqui o discurso “papam beatamente a publicidade, respondem-lhe docilmente, instintivamente, como os cães de Pavlov”. Note-se a cadência que o advérbio confere à frase que, aliada à comparação e ao uso do verbo “papar” (nível popular), faz o leitor imaginar o consumidor a agir mecanicamente sem controlo das suas acções, movido por instintos condicionados. A crítica é mordaz e ninguém é poupado. O problema é que os efeitos não se restringem aos adultos, mas estende-se aos filhos “Pior do que isso, levam os filhos a papar”. Ressalte-se o uso reiterado do verbo “papar”. A ironia intensifica a crítica e serve a refutação de contra-argumentos: “É cómodo: a criancinha, condicionada pelos anúncios e seduzida pelos brindes, berra que quer hambúrguer e batatas fritas; para que não berre mais, faz-se-lhe a vontade”. E continua no mesmo tom “E ainda por cima, recusar a *junk food* à criancinha é recusar-lhe (pensa-se) estatuto social, porque «todos os outros fazem o mesmo» e ela a pobre criança ficaria deslocada”. O humor resulta da combinação de vários elementos: por um lado, o uso do diminutivo, conjugado com a expressão onomatopaica “berrar” (nível popular), meio do qual se serve para dominar o adulto, que não resiste e lhe oferece a *junk food* só para não o ouvir “berrar”. O humor resulta de um mundo virado ao contrário: os filhos mandam, os pais obedecem. Além disso, agem como se fossem irracionais, uns e outros (pais e filhos).

A crítica estende-se imediatamente à TV, no mesmo tom irónico: “é o equivalente a recusar-lhe a *junk TV*, no caso vertente os «Morangos com Açúcar»: de que é que o pobrezinho fala depois, na escola, com os coleguinhas?”. Mais uma vez o humor resulta do mundo às avessas: os colegas determinam a acção dos pais, ao contrário do que se esperaria. Assim, se destrói mais um contra-argumento, pelo ridículo da situação que se apresenta. A conclusão é óbvia e pode sintetizar-se assim: se a comida torna as crianças e jovens obesos, a TV, por sua vez, torna a juventude cretina.

A terceira reflexão de João Aguiar decorre da impressão particular que lhe provocou o título. Trata-se da assimetria entre países ricos e países pobres decorrente das políticas neoliberais. A antítese acentua o abismo entre estas duas realidades.

A crónica termina em tom irónico, mas encerrando uma profunda sátira aos países ocidentais que não distribuem a comida e que, além disso, ainda envenenam os países pobres. Exemplo disso é o navio armador grego, responsável pelo derrame, nas lixeiras de Abijão na Costa do Marfim, de resíduos tóxicos para não pagar o seu tratamento.

A conclusão a que se chega expressa-se na metáfora final: “Nunca se conseguirá ir até ao fundo da pulhice humana”. A circularidade impõe-se: a obesidade não é mais do que uma evidência da pulhice humana.

Em termos ideológicos algumas ilações se devem retirar desta crónica: os EUA, os governos e os consumidores / pais são responsáveis por comportamentos alimentares desequilibrados, a televisão é responsável pela “cretinização da juventude”, o comportamento dos países ricos para com os países pobres é imoral. O leitor deve perceber isto e tornar-se activo mudando o que está na sua mão mudar.

A crónica que se segue inicia-se com uma menção manifesta ao acto de “narrar”. E é precisamente uma narrativa que constitui a abertura da crónica. O narrador-cronista conta como num momento em que navegava na internet se depara com um texto intitulado “A Monarquia Portuguesa” e verifica que o referido documento, da sua autoria, se encontra assinado por um jovem aluno da Universidade Lusíada. O autor do texto decide fazer valer os direitos autorais, exercendo pressão para que as medidas necessárias sejam levadas a cabo. O texto é retirado do sítio, mas o responsável moral não é encontrado. A história conta-se assim nos dois parágrafos iniciais e é com ironia que o cronista desvaloriza a situação “Bom, nada disto é importante” e com sarcasmo que indaga das cópias a que o aluno terá recorrido para a obtenção do curso.

Nos dois parágrafos que se seguem o cronista apresenta mais dois casos de plágio: um de um professor universitário plagiado por uma sua aluna; outro, mais sonante, reportado pela comunicação social – textos de um blogue copiados de sites da internet e assinados por L.F.M.. A ironia continua bem patente nestas situações evocadas pelo cronista: “é simples, pá, vais à Net, copias e botas o teu nome por baixo”, ou “Ou era muito distraída ou é preciso ter galo”, “temos pois um assessor responsável”, e ainda “houve erros de não-citação, houve lapsos, prontamente corrigidos”. A ironia aliada ao registo de língua popular e à gíria acentuam o pendor crítico de que se investe a crónica.

A vinculação do leitor às opiniões do cronista patenteia-se na afirmação “Os leitores, com certeza, têm cabeça para fazer as suas próprias deduções”.

O repúdio pelos partidos políticos, num dos quais milita L.F.M., é evidente e para tal contribui significativamente a ironia e a metáfora: “O meu coração é grande e nele todos têm um lugar”.

Posto isto, o cronista reflecte sobre a essência do plágio. É a forma como dele se faz uso que causa perplexidade e conduz, uma vez mais, ao uso da ironia: “o plágio deixou de ser uma vergonha? Aparentemente sim. Recorre-se a ele livremente, sem aborrecidos complexos. Tal situação coloca em grande risco a ética para a qual deixou de haver espaço”. Ainda em tom irónico acrescenta: “a qualidade académica não é um requisito: qualquer coisita, copiada da Net ou de um livro, basta”.

O cronista aponta uma dificuldade para o combate ao plágio – o seu reconhecimento, propondo de imediato formas de a resolver: a vigilância, a educação e o castigo. Ainda que

os frutos destas medidas não fossem garantidos, o cronista acredita que o plágio voltaria a ser encarado como “exceção restrita”.

A crónica encerra com a perspectiva actual caracterizada, em termos profundamente negativos, por uma adjectivação tripla “sombria, negra, grave”, intensificados pela repetição do advérbio de intensidade “tão”. Dessa situação restará apenas a dúvida permanente evidenciada por um conjunto de interrogações retóricas: “Onde é que eu já li isto?”, “Onde é que eu já vi isto?” ou “Onde é que eu já ouvi isto?”.

Curiosamente a crónica, intitulada “Os perdigogos” (2009, Março, nº131), inicia-se com a referência a um facto insólito: a denúncia de que a porteira do escritor pretende, com recurso ao caso Freeport, sabotar o Governo. É em termos irónicos e metafóricos que se apresenta a porteira como “um dos cérebros da Campanha Negra”. Uma única frase proferida pela visada permite a ilação, em que a metáfora “estão todos nas mãos dos ricos” coloca o Governo numa situação delicada, em conivência absoluta com os capitalistas.

Posto isto, só no segundo parágrafo apresenta o tema da crónica através da descrição de uma fotografia de um novo vírus que acompanha a crónica: *Ministerius obnoxius terribilis*. A apresentação deste vírus faz-se pelo recurso à personificação “impiedoso” e à metáfora “minar a saúde mental e o futuro da nação”. Independentemente disso o que sobressai desta apresentação é o perigo que o vírus representa e os efeitos que se perdem na ordem temporal “(tem estado (muito pior: ainda está e estará))”.

O nome do vírus é uma criação, traduzida num nome latino do que se supõe ser uma nova espécie, que se reveste de um sentido humorístico considerável. Rapidamente o cronista propõe a substituição daquele nome de difícil retenção na memória por um outro “perdigogo”, desta feita traduzido por um neologismo. Explora de imediato a formação etimológica do nome que acaba por se esvaziar de sentido, porquanto a pedagogia, componente indispensável, parece ter desaparecido da sua essência. A antítese introduzida pela interrogativa total, “(...) será que pedagogo ainda significa alguma coisa?”, e completada pela resposta “Possivelmente não”, é responsável por esse vazio semântico. Abre-se assim o caminho para a crítica a um Ministério, cujo nome não é mencionado, mas que é perfeita e facilmente deduzido para os leitores. A ironia passa para o texto através do uso do inglês “viewer discretion is advised”, identificado com o “bom Português”.

Os argumentos vão sendo aduzidos no intuito de se comprovar a existência do vírus “nos entrefolhos” metafóricos do dito Ministério. São eles: a constatação de que há actividades que não são “nem motivadoras nem inovadoras”, como os ditados e as cópias. A ironia vislumbra-se de imediato: “Que sejam, apesar disso, o meio mais seguro para levar os jovens a terem uma caligrafia decente e legível e a saberem escrever sem erros, isso

não tem importância. As coisas têm de ser inovadoras - e divertidas (...)”. A crítica ressalta quer da ironia quer da metáfora de cunho popular e índole coloquial: “A gente vai à escola para encher o bandulho de riso”.

Um outro argumento é o inconveniente de decorar coisas. A primazia das competências sobre os conteúdos justifica, na opinião do cronista, o comportamento dos governantes do país nos últimos anos, assim como o da Ministra da Educação e dos secretários de Estado do dito Ministério. A metáfora e a comparação são os recursos expressivos de que lança mão João Aguiar para tecer a crítica a esta teoria: “Também sei que a memória é uma ferramenta que se enferruja sem uso, como sei que um indivíduo sem memória é pouco mais do que um legume. As nossas escolas parecem-se cada vez mais com hortas”.

Há ainda a questão dos TPC. Para os perdigogos “não é perdigógico” e a ironia faz-se sentir em discurso parentético (embora possa ser pedagógico, mas, como já referi, isso está a perder-se), aliado ao uso do neologismo. E continua agora servindo-se do sarcasmo: “Caramba, o pessoal tem de brincar, grudado (autisticamente) ao computador ou ao Nintendo, ou, na falta, a fazer outra coisa qualquer, tem de conviver com os pais (que, por acaso, até ainda não chegaram a casa) e tem de ver TV, para ver se fica tão estúpido quanto a programação”. A este junta-se novamente a ironia “(...) é uma missão divina, não há tempo para o TPC, que, aliás, não é divertido”.

Interrompe aqui a argumentação que permite identificar e definir as teorias dos “perdigogos” para passar a outras reflexões, consagrando espaço à digressão⁶: o contraste, acentuado pela antítese “peso descomunal” e “sabem cada vez menos”, entre a quantidade de material escolar e a falta de conhecimentos revelados nas mais diversas áreas do saber. Este é o resultado das teorias, das doutrinas dos “perdigogos”. A repetição da expressão “mas eles” reitera e acentua *ad limine* a ausência de conhecimentos e competências.

Este é o ponto de partida para evocar a opinião crítica do Professor Agostinho da Silva relativamente à educação: é necessário fechar as escolas e começar tudo de novo. O estado caótico traduz-se sublimemente na antítese quiástica “valia tudo”, repetido no discurso e “fazia nada”.

A separação temporal entre a produção do acto ilocutório do Professor e a reflexão do cronista, leva o último a corroborar a opinião do primeiro. A medida imediata a implementar será “a caça aos perdigogos”. A metáfora instaura um movimento circular na crónica que nos remete para o início: a identificação desta nova espécie de vírus.

⁶ A digressão a par do discurso parentético é reconhecida por Maria Lúcia Andrade (2004:270) como marca da oralidade patente na crónica.

Analisadas as crónicas em separado, importa neste momento salientar que a coesão textual pode ser outro aspecto focado a partir de operadores / marcadores discursivos, cuja função contribui para a estruturação argumentativa dos textos. Seria também interessante verificar a reiteração de alguns deles, nas diversas crónicas estudadas, como “também”, “aliás”, “pelo menos”, “ao menos”, “mas”, “ainda por cima”, “enfim”, “apenas”, “porque”, “já”, “quando”, “como”, “porém”, “e depois”, “por exemplo”.

CONCLUSÃO

A realização do percurso definido no início deste estudo permitiu concluir que as crónicas de João Aguiar constituem um excelente instrumento de trabalho para as aulas do 10º Ano da disciplina de Português. Através delas poderão ser tratados conteúdos tão diversos como a estrutura da crónica, a estratégia argumentativa, variação diastrática e diafásica, figuras de retórica e tropos, com especial atenção para a ironia, o sarcasmo, as interrogações retóricas, as metáforas, as antíteses ou os paradoxos. Em termos de intencionalidade discursiva poder-se-á trabalhar a intenção crítica subjacente à crónica, toque ela que esfera tocar, política, educativa, mediática, ou ainda a intenção pedagógica a que nenhuma crónica se furta.

Posto isto, será de todo benéfica a utilização das crónicas de João Aguiar, como garante quer para o cumprimento de objectivos relacionados com a dimensão conteudística do Programa, quer para a oferta aos alunos da possibilidade de se formarem amplamente como cidadãos que vivem e acedem a um mundo que é o seu, mundo este que podem e devem apreciar, analisar e tentar transformar se assim o entenderem. Assim poderá cumprir a função de lembrar ao leitor como advoga José Marques de Melo (1988:50): “outras formas de encarar os fenómenos, de encaixar os fenómenos, outras formas de encarar a vida”.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, João (2006, Junho). “Quando for grande”. *SuperInteressante* 98, 21.
 (2006, Novembro). “A Ocidental Formosura”. *SuperInteressante* 103, 22.
 (2007, Outubro). “Corta e Cola”. *SuperInteressante* 114, 75.
 (2009, Março). “Os perdigogos”. *SuperInteressante* 131, 75.
 ALBERTOS, José Luís Martínez (1992). “Géneros para la interpretación periodística: la crónica”. In *Curso Geral de redacción periodística*. Madrid: Paraninfo.
 ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira (2004). “O género crónica e a prática escolar”. *Filologia e lingüística portuguesa* 6, 267-279.
 CLARÍN (1997). *Manual de Estilo*. Buenos Aires: Ed. Aguilar
 CRATO, Nuno Paulo (1992). *Comunicação Social – A Imprensa. Iniciação ao Jornalismo*. 4ªed. Lisboa: Editorial Presença.

- DELGADO-FLORES, Carlos (cord) (2008). *Versión Beta: tendencias de la prensa y el periodismo del siglo XXI en Venezuela*. Série Mapas de Comunicación. Publicaciones UCAB: El Nacional.
- GARGUREVICH, Juan (1982). "La cronica periodística". In *Géneros periodísticos*. Ecuador: Editorial Belén.
- GOUVÊA, Lúcia Helena Martins (2008). "Argumentação e ensino: análise de uma crônica jornalística". In José Sueli Magalhães. *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia: EDUFU.
- LETRIA, José Jorge; Goulão, José (1982). *Noções de jornalismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOPES, Paula Cristina (2010). "Linguagem literária e linguagem jornalística: Cumplicidade e distâncias". Acedido em www.bocc.ubi.pt.
- (2010). "A crónica (nos jornais): O que foi? O que é?". Acedido em www.bocc.ubi.pt no dia 10 de Novembro de 2010.
- MELO, José Marques (1988). "A crónica". *Jornalismo e Literatura*. Lisboa: Veja.
- (1992). "La crónica como género periodístico en la prensa luso-brasileña y hispano-americana: contrastes y confrontaciones". *Dialogos* 34.
- MESQUITA, Mário (1984). "A crónica como forma de expressão jornalística". In *Deve e Haver*. Lisboa: Distri.
- MOISÉS, Massaud (1967). *A Criação Literária: Prosa II*. 18ª ed. São Paulo: Cultrix.
- PEÑARANDA, Raúl U. (2000). "Géneros periodísticos: qué son y para que sirven?". Acedido em www.sala-prensa.org, no dia 10 de Novembro de 2010.
- RAMOS, Alberto Salcedo (2005). "La crónica: el rostro humano". In César Mauricio Velásquez O.; Liliana Maria Gutiérrez C. e Alberto Salcedo Ramos. *Manual de Géneros Periodísticos*. Colección Textos Universitarios. Bogotá: Ecoe Ediciones, Universidad de la Sabana.
- RIBAS, Maria C. Cardoso; Domás, Milena S. Marques; Pessanha, Ketiley da Silva (2009). "A crónica em sala de aula: trabalhando com um gênero menor". *Solettras*, Ano IX, nº18. São Gonçalo:UERJ.
- RODRIGUES, Ernesto (1998). *Mágico Folhetim – literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- SANTANA, Maria Helena (1995) "Crónica". In *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. vol I. Lisboa: Verbo.
- SEIXAS, João et al. (2001). *Programa de Português*. Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário.
- VIVALDI, Gonzalo Martín (1979). *Géneros periodísticos*. Madrid: Paraninfo.
- (2001). *Curso de redacción*. Madrid: Paraninfo.

RESUMO

Este artigo visa contribuir de forma geral para o estudo da crónica, enquanto género híbrido, e de forma particular pretende apresentar as crónicas de João Aguiar como um instrumento de trabalho para o professor de Língua Portuguesa a utilizar no 10ºano.

ABSTRACT

This article aims at contributing to the general study of the chronicle as a hybrid genre, and it specifically intends to present João Aguiar's chronicles as a didactic tool which the teacher of Portuguese may use with 10th form students.

